

ANC

Votação adiada deixa Planalto fortalecido

JORNAL DE BRASÍLIA

Memélia Moreira

27 FEV 1987



O episódio da votação do regimento da Assembléia Nacional Constituinte, adiada para depois do carnaval, fortaleceu o presidente Sarney, libertando-o da tutela do PMDB. Esse é o entendimento de consenso no Palácio do Planalto e Sarney confirmou, nesse episódio, a necessidade de ter escolhido um líder de governo, independente do líder do PMDB ou PFL.

A partir da última quarta-feira, quando o PMDB, sozinho, não pôde reunir quorum para votar o regimento (Sarney preferia que adiassem a votação para renegociar o parágrafo 57), o presidente da República conseguiu não apenas se libertar da pesada tutela do PMDB mas, principalmente, mostrar que este partido não mantém qualquer unidade.

Com isso, Sarney leva o PMDB a duas alternativas: ou trabalha pela homogeneidade interna e se firma como partido do governo e se une ao PFL, ou caminha para alianças com pequenos partidos de oposição, entre eles o PDT e o PT, cujas bancadas, juntas, somam 40 parlamentares. Mas apesar de colocar o partido diante dessas duas alternativas, Sarney não pensou em nenhum momento em confronto com o deputado Ulysses Guimarães, que detém uma triplice presidência. Sarney também não quis interferir na soberania da Constituinte. Ele quer simplesmente que esta Assembléia discuta a nova Constituição, sem ficar preocupada em remendar a velha, ainda em vigor.

A soberania da Assembléia Nacional Constituinte começou a ser abalada antes das eleições de novembro passado. Começou em 85, quando o deputado Ulysses Guimarães e o então líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, manobram contra a emenda 26, do deputado Flávio Bierrenbach (der

rotado nas últimas eleições), do PMDB de São Paulo. Na sua emenda, apresentada em novembro de 85, Bierrenbach propunha eleições para constituintes e governadores em épocas diferentes. Ele queria também um plebiscito para decidir se a Assembléia seria congressional ou exclusiva. Perdeu. No lugar da proposta — apoiada pela Igreja

— foi aprovado o substitutivo de Waldor Giarvarina (também derrotado).

Vinculando as eleições de constituintes com governadores, a Assembléia também se vinculava ao peso desses governadores. E eles estavam no Congresso, na quarta-feira à tarde, coordenando suas bancadas. E não é segredo para ninguém que a maioria dos governadores fecha com o presidente Sarney.

E, diante desse quadro, até o parágrafo 57 (que permite aos Constituintes de decisão) passa a ser uma soberania negociada, como afirmou ontem o deputado petista José Genoino, de São Paulo.

Sarney não está preocupado em intervenção contra a soberania da Constituinte. Ele não precisa de muitas articulações dentro do Congresso para dar seu toque na futura Constituição. E essa foi mais uma lição tirada da última quarta-feira, porque quando parlamentares fiéis ao presidente — que pouco se manifestam dentro do PMDB — perceberam que a votação poderia colocar em risco o projeto político da transição, se retiraram sem discutir ou protestar.

Esse parágrafo merece censura inclusive do governador eleito da Bahia, Waldir Pires. Ontem, depois de se reunir com o presidente Sarney e demais governadores do Nordeste, Pires fez uma indagação: O que é mais importante, trabalhar na futura Constituição, que afasta o autoritarismo ou ficar discutindo se conserta essa que vai para o esquecimento dentro de três ou quatro meses?"